Juventude, Direito e Políticas Públicas

A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELO HORIZONTE

Rita de Cássia Fazzi- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) /PROEX/PUC Minas.
Daniela Soares Hatem- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA)/ PROEX/PUC Minas.
Maria José Gontijo Salum- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA)/PROEX/PUC Minas.
Sânia Maria Campos- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA)/PROEX/PUC Minas.
Andréia Santos- Instituto da Criança e do Adolescente (ICA)/PROEX/PUC Minas.
Bruna de Fátima Chaves Aarão- Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SEDS).

Palavras-chaves: ECA e sistema de justiça; direitos infanto-juvenis; prestação jurisdicional e percepção dos operadores do direito.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança realizada pela ONU em 1989 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, no Brasil, conceberam a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos, afirmando sua condição cidadã e a necessidade de proteção especial.

O ECA substituiu a Doutrina da Situação Irregular, que orientava o Código de Menores, pela Doutrina da Proteção Integral e essa mudança implicou a construção de um novo ordenamento social e jurídico relacionado à infância e adolescência (pessoas com até 18 anos). Dessa forma, a política de atendimento à criança e ao adolescente deve se organizar em torno da ideia de um sistema de garantia de direitos que integra instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos reconhecidos a esse público, coordenado pelos Conselhos dos Direitos.

O Sistema de Justiça da Infância e Juventude, composto pelo Juizado da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, Polícias, Defensoria Pública articulados aos Conselheiros Tutelares, é uma dos instrumentos para assegurar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes por meio da prestação jurisdicional, sendo um dos pilares que assegura a defesa dos direitos elencados no ECA. A problematização das instituições do sistema de justiça em geral, e da infância e juventude, em particular, vem, atualmente, despertando o interesse de vários pesquisadores das ciências sociais e jurídicas, bem como dos operadores do direito. A ausência de uma prestação jurisdicional de qualidade pode comprometer o acesso à justiça e a restituição de direitos ameaçados ou violados.

Considerando esse contexto, o Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) vinculado à Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas realizou uma pesquisa sobre o Sistema de Justiça da Infância e Juventude, cível e infracional, de Belo Horizonte. O artigo visa descrever a estrutura e o funcionamento desse sistema a partir da análise das entrevistas realizadas com os agentes dos diversos setores que integram o mesmo com o objetivo de compreender as representações e os significados a respeito do trabalho que realizam, dos reflexos de sua atuação sobre a realidade social e cotidiana das crianças e adolescentes e dos desafios e

dificuldades enfrentados, buscando perceber a existência de tensões, divergências e pontos de conflito e cooperação entre os setores pesquisados.